

Estudo Técnico Preliminar 53/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 08059001121202491

2. Descrição da necessidade

2.1. O presente Estudo Preliminar tem o objetivo de efetuar a análise de viabilidade e o levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor Termo de Referência para a contratação de empresa especializada **na Prestação de serviços de digitação com dedicação exclusiva de mão de obra, CBO 4121-10.**

2.2. A contratação está amparada no **Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018** e se justifica-se em decorrência das seguintes situações:

2.2.1. No dia 21 de julho de 2023, foi publicado o Decreto nº 11.615 que previu a migração de competências relacionadas aos Colecionador, Atirador e Caçador (CACs), do Exército Brasileiro para a Polícia Federal (PF), e a elaboração de atos conjuntos do Comando do Exército e da Polícia Federal:

Art. 6º. No prazo de sessenta dias, contado da data de publicação deste Decreto, o Ministério da Justiça e da Segurança Pública e o Ministério da Defesa celebrarão acordo de cooperação para **estabelecer os termos da migração da competência para a Polícia Federal.**

§ 1º O acordo de cooperação estabelecerá a forma como ocorrerá a migração de competência das atribuições relativas à autorização e ao registro das atividades de caça excepcional, tiro desportivo e colecionamento, do porte de trânsito, do controle e da fiscalização de armas, munições e acessórios de colecionadores, atiradores desportivos e caçadores excepcionais, previstas no art.24 da Lei nº 10.826, de 2003.

§ 2º Poderão ser estabelecidos outros acordos de cooperação entre os órgãos envolvidos para viabilizar as atribuições previstas neste Decreto.

2.2.2. Em 18 de setembro de 2023 foi assinado o Acordo de Cooperação Técnica nº 9/2023/GM entre o Ministério da Defesa e o Ministério da Justiça e Segurança Pública, estabelecendo que a Polícia Federal assumirá, a **partir do dia 1º/1/2025**, os novos processos relativos à transferência.

2.2.3. Assim, a Polícia Federal precisa planejar os espaços, mobiliários e mão de obra efetiva e terceirizada necessários para atendimento dos novos serviços que vão aportar na PF.

2.2.4. De acordo com relatório do Exército enviado à PF, nos últimos 3 anos chegaram uma média de **1.301.355** processos por ano, divididos em 15 tipos de serviços relacionados aos CACs.

ENTRADA ANUAL DE PROCESSOS					
Item	PROCESSO	2021	2022	2023	MÉDIA
1	Atualização Documento de identificação Pessoal	1.412	4.989	1.888	2.763
2	Apostilamento ao CR - Atualização Tipo PCE	4.462	10.018	2.044	5.508
3	Apostilamento CR PF - Atualização de Endereço do Acervo	13.519	29.244	31.836	24.866
4	Apostilamento ao CR- Inclusão de 2º Endereço de Acervo	19.904	37.738	21.202	26.281

5	Autorização para Aquisição de PCE no Mercado Nacional	208.841	551.469	82.558	280.956
6	Autorização para aquisição de PCE por importação (CII)	5	59	28	31
7	Cancelamento de Certificado de Registro	187	206	249	214
8	Concessão de Registro – CAC	246.012	410.769	20.911	225.897
9	Emissão de Guia de Tráfego Pessoa Física CAC	259.134	702.730	429.047	463.637
10	Instituir Procurador para Pessoa Física	59	0	15	25
11	Registro e Apostilamento de Armas de CAC	147.829	430.697	127.486	235.337
12	Revalidação de Registro para Pessoa Física	38.980	15.451	29	18.153
13	Emissão de 2ª Via de Certificado de Registro de Arma de Fogo (CRAF)	0	0	6.175	2.058
14	Revalidação de Certificado de Registro de Arma de Fogo CRAF	0	11.474	35.290	15.588
15	Autorização para Aquisição de PCE Mercado Nacional – munição além previsto.	0	0	60	20
					1.301.335

Tabela 01

2.2.5. As atividades a serem desenvolvidas pelos postos de trabalho contemplados nos serviços objeto deste Estudo Preliminar não correspondem a nenhum cargo da PF. Destaca-se que o Decreto nº 7.164, de 29 de abril de 2010, colocou em **extinção** diversos cargos de nível médio e auxiliar da estrutura da PF, dentre eles o cargo de **DIGITADOR**.

2.2.6. A escolha do posto de digitador se deu após comparações com outros postos possíveis para desempenhar os serviços, como recepcionista e auxiliar administrativo. Na comparação o posto de digitador se mostrou a melhor opção pelo custo benefício (valor do posto) **versus** a simplicidade dos serviços a serem executados, sendo preponderante as atividades de inclusão, por meio da digitação, das demandas apresentadas pelos CACs..

2.2.7. Até o advento da **Lei 13.467/2017**, que dispõe, entre outras matérias, das relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros, a terceirização era admitida pela doutrina e jurisprudência para serviços meramente instrumentais, tais como: limpeza, segurança, transporte e alimentação, as chamadas atividades-meio. Atualmente, a nova lei permite a terceirização de qualquer tipo de atividade, ligadas ao objeto final ou **consideradas complementares**.

2.2.8. Assim, os serviços a serem contratados se enquadram como as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão ou da entidade, não havendo no Órgão o cargo de Digitador, que será empregado nas novas atribuições destinadas à Polícia Federal pelo Decreto 11.615/2023, em funções de menor risco como recepção e inclusão das demandas dos usuários externos no sistema, sob a supervisão de servidor efetivo.

2.2.9. Destaca-se, que pela natureza do serviço de apoio, não é viável sua contratação por outra unidade de medida que não o posto de trabalho, visto que não há como definir quantitativamente o resultado da contratação

pelo tipo de serviço a ser executado pelos Digitadores. Nesse sentido justifica-se a necessidade da contratação por postos de trabalho, em conformidade com a **Instrução Normativa (IN) 05/2017** da **Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SEGES/MP)**.

2.2.10. Dessa forma, para atender a nova demanda, torna-se necessária a terceirização dos serviços de digitação, que, por sua vez, encontra amparo legal do Decreto nº 9.507, de 21/09/2018, na Portaria 443/2018-MPOG e na **IN 05/2017-SEGES/MP** e suas atualizações.

2.3. Por se tratar de prestação de serviços com alocação de postos de trabalho, apesar das especificidades dos referidos postos, entendemos que podem ser enquadrados como serviços comuns.

2.4. Os serviços a serem contratados se enquadram como as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constitui área de competência legal do órgão.

2.5. Ressalte-se que, dentre os cargos que integram a estrutura da Polícia Federal, não há cargo com atribuições idênticas ou similares às dos postos de trabalho que se visa contratar.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DILOG/DITEC/PF	WALVERNACK BESERRA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Para que o presente serviço seja contratado e corretamente prestado, existem requisitos mínimos para sua satisfação conforme disposto a seguir:

4.1.1. Requisitos para Serviço Continuado

4.1.1.1. Os empregados da contratada deverão ficar à disposição nas dependências do contratante para a prestação dos serviços;

4.1.1.2. A disposição da mão de obra deverá ser de 30/36/40/44 horas semanais, a depender da Convenção Coletiva de trabalho a que a Empresa estiver vinculada, no período diurno de segunda a sexta-feira, entre 07 e 19 horas.

4.1.1.3. Nas localidades onde for permitida a redução da carga horária para até 30 horas semanais, esta poderá ser realizada, desde que o salário proporcional não fique abaixo do salário mínimo nacional.

4.1.2. Requisitos Temporais – vigência do contrato:

4.1.2.1. Para estímulo da competitividade e economia de escala, a vigência do contrato será de 24 (vinte e quatro) meses, prorrogáveis, limitada a 120 (cento e vinte) meses, nos termos do artigo 106 da Lei 14.133/2021. Essa vigência do contrato mais dilatada permitirá que as empresas participantes do certame possam ofertar melhores propostas contando com tempo necessário para obter retorno sobre o investimento alocado no contrato, bem como a expectativa de renovação contratual por até 10 (dez) anos. Além disso, um contrato com vigência mais prolongada, reduz os custos internos com renovações e aditivos.

4.1.3. Requisitos de qualificação técnica:

a) Atestado(s) ou Certidão(es) de comprovação de aptidão técnica expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que evidencie que a licitante executou ou executa serviços pertinentes (serviços de fornecimento de mão de obra) e compatíveis com o objeto da licitação devendo o quantitativo apresentado no(s) atestado(s) ser de no mínimo 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados, com um período **mínimo de 18 (dezoito) meses**. A exigência de atestados de capacidade técnica e econômica se justifica como comprovante de que a contratada é capaz de recrutar e manter pessoal capacitado e honrar compromissos trabalhistas, previdenciários e fiscais, e como barreira para empresas recém-abertas e sem expertise no mercado e sem qualificações utilize um contrato da Polícia Federal para experimentação, colocando em risco os serviços fins do Órgão.

- b) A escolaridade mínima exigida é de nível médio, com certificado emitido por instituição legalmente reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC.
- c) Para preenchimento dos postos de trabalho a CONTRATANTE fará a investigação social de todos os futuros contratados, conforme determina a **IN 175-DG/PF/2020**.
- d) O padrão mínimo de qualidade da prestação dos serviços serão avaliados conforme o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), anexo do Termo de Referência.

4.1.4. Requisitos de qualificação econômica:

- a) Certidão negativa de efeitos de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.
- b) Com Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação;
- c) Índices de Liquidez (LG, LC, SG) superiores a 1 **OU** Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;
- d) Patrimônio Líquido (PL) não inferior a 1/12 da declaração de contratos.

4.1.5. Requisitos de Subcontratação

- 4.1.5.1. Não será admitida a subcontratação do serviço.

4.1.6. Requisitos de Garantia Contratual

- 4.1.6.1. Prestação de garantia no valor de 5% (cinco) por cento do valor do contrato.

4.1.7. Requisitos de Participação

4.1.7.1. Considerando o valor e o tipo de serviço a ser contratado, os itens com valor de até 80 mil terão participação exclusiva de ME/EPP, conforme o artigo 6º do Decreto nº 8.538/2015. Considerar-se-á apenas o critério de desempate, tendo em vista que o sistema de compras do Governo utiliza o procedimento automaticamente nos termos do artigo 5º do Decreto nº 8.538/2015.

4.1.7.2. Trata-se de uma contratação de natureza comum, não ser tratando de bem ou serviço de alta complexidade ou de grande vulto, desse modo, não será permitida a participação de **consórcios e/ou cooperativas**.

4.1.7.2. A participação de Empresário

4.1.8. Requisitos de Transição Contratual

4.1.8.1. Não se aplica a necessidade de a Contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, tendo em vista o serviço pleiteado se tratar de atividades rotineiras e conhecidas pelas empresas do ramo, não sendo necessária transferência de conhecimentos entre elas, após findado o contrato.

4.1.9. Requisitos de Julgamento

- 4.1.9.1. O julgamento adotado será o de menor preço **por item**.

4.1.10. Requisitos de Sustentabilidade

4.1.10.1. A empresa contratada deve adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços:

- a) adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada. Recomenda-se observar se há legislação estadual ou municipal neste tema.
- b) fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

c) realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

4.1.10.2. A contratada fica obrigada a orientar o colaborador no início do contrato sobre maneiras eficientes de reduzir o consumo de energia elétrica e de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes, em especial os seguintes critérios e práticas sustentáveis:

- a) Baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- b) Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- c) Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- d) Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- e) Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- f) Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- g) Origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e
- h) Utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

4.1.10.3. Os funcionários devem ser orientados, para fins de coleta seletiva ou logística reversa, a acondicionar adequadamente e de forma diferenciada os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis (art. 35 da Lei nº 12.305, de 2010, c/c art. 9º do Decreto nº 10.936, de 2022).

4.1.10.3.1. Caberá a Contratada:

- a) Implementar os programas de sustentabilidade elaborados pelo Contratante.
- b) Dar preferência para materiais de origem local.
- c) Preferencialmente utilizar mão de obra local.
- d) Orientar e treinar o trabalhador sobre segurança no trabalho e quanto ao adequado uso, guarda e conservação dos equipamentos de proteção.
- e) A Contratada deverá promover treinamentos e palestras no intuito de conscientizar seus colaboradores, conforme obrigação legal e riscos identificados.

4.1.11. Requisitos de Padronização

4.1.11.1. A presente demanda: mão de obra terceirizada, ainda não possui elementos de padronização catalogados.

4.1.12. Requisitos Gerais

4.1.12.1. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 desta Lei.

4.1.12.2. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

4.1.12.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

4.1.12.4. Os requisitos em tela não excluem outros previstos em legislação específica, atos normativos, cadernos técnicos ou equivalentes, que constarão no edital e no termo de referência ou poderão ser exigidos a qualquer tempo.

4.1.12.1.5. Por todo o exposto e exigências, os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no futuro termo de referência.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Alternativas usualmente aplicadas nos contratos administrativos para os serviços de fornecimento de mão de obras são:

- O contrato por eventos.
- O contrato por postos.
- Contrato por hora.

5.2. Considerando a necessidade da Administração, a análise do mercado aponta como melhor solução a contratação de empresa prestadora de serviço terceirizado continuado dado que as atividades que se visa a contratar são de caráter acessório e, por isso, preferencialmente objeto de execução indireta.

5.3. O perfil da demanda do Sistema Nacional de Armas (SINARM) e demais coordenações/divisões/setores/áreas/atividades relacionadas ao controle de arma de fogo da Polícia Federal, exige que o serviço seja prestado com fornecimento de mão-de-obra com dedicação exclusiva, conforme suas Convenções Coletivas de Trabalho, com a carga distribuídas de segunda a sexta-feira, que são os dias úteis, entre 07 e 19 horas.

5.4. Não seria razoável que o serviço fosse pela sistemática de acionamentos por evento ou por hora, uma vez que há contínua necessidade de desses serviços nessas localidades determinadas.

5.5. Pelo exposto, justifica-se como solução mais eficiente e eficaz para a demanda da Administração, a contratação de empresa especializada no fornecimento de mão de obra terceirização com dedicação exclusiva para atender aos Setores do Sistema Nacional de Armas (SINARMS) da Polícia Federal.

5.6. Definida essa linha de atuação, é necessário proceder ao levantamento de preços dos insumos a fim de construir o valor de referência do serviço. Em observância ao disposto na IN SEGES/ME n.º 65/2021 e suas alterações, foram utilizados os seguintes meios de precificação dos serviços:

- **Convenção Coletiva de Trabalho das Categorias**
- **Planilha Estimativa de Custos e Formação de Preços**

5.7. Ressalte-se, que as licitantes poderão utilizar como CCT aquela que **abrange a atividade preponderante da empresa**.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Os serviços a serem contratados são de natureza continuada, de empresa especializada na **prestação de serviços** de Digitador, com dedicação exclusiva de mão de obra, enquadram-se na classificação de **serviços comuns** devido ao fato de o objeto ser comumente contratado por demais Órgãos Públicos e empresas privadas, seus requisitos serem comuns e a demanda ser amplamente conhecida pelo mercado.

6.2. A prestação se dará de segunda a sexta-feira, no período diurno, entre 07 e 19 horas, com carga horária semanal de **30/36/40 /44 horas semanais**, conforme estipulado na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) adotada.

6.3. A exigência de atestados de capacidade técnica e econômica, conforme **item 4.1.3. e 4.1.4.**, se justifica como prova de que a contratada é capaz de recrutar e manter pessoal capacitado e honrar compromissos trabalhistas, previdenciários e fiscais, e como barreira para empresas recém-abertas e sem expertise no mercado e sem qualificações use um contrato da Polícia Federal para experimentação, colocando em risco os serviços fins do Órgão.

6.4. Não haverá necessidade de adequação do ambiente de trabalho.

6.5. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

6.6. A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 10 dias úteis dias após a assinatura do contrato.

6.7. No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

6.8. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

6.9. A prestação de serviços objeto deste processo, tendo em vista a descrição do Código Brasileiro de Ocupações (CBO) e necessidades da Contratante, será executada por meio das seguintes tarefas básicas:

6.9.1. Atribuições:

6.9.1.1. Colaborar, sem poder decisório, com **os SINARMS e demais coordenações/divisões/setores/áreas /atividades relacionadas ao controle de arma de fogo da Polícia Federal**, em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constitui área de competência legal do órgão.

DIGITADORES:

Farão, sob supervisão de servidor efetivo, apenas inclusão das demandas dos usuários externos no Sistema da PF, com relação aos assuntos de Colecionador, Atirador e Caçador (CACs), como: Atualização Documento de identificação Pessoal; Atualização Tipo PCE; Atualização de Endereço do Acervo; Inclusão de 2º Endereço de Acervo; Autorização para Aquisição de PCE no Mercado Nacional; Autorização para aquisição de PCE por importação (CII); Cancelamento de Certificado de Registro; Concessão de Registro – CAC; Emissão de Guia de Tráfego Pessoa Física CAC; Instituir Procurador para Pessoa Física; Registro e Apostilamento de Armas de CAC; Revalidação de Registro para Pessoa Física; Emissão de 2ª Via de Certificado de Registro de Arma de Fogo (CRAF); Revalidação de Certificado de Registro de Arma de Fogo CRAF e Autorização para Aquisição de PCE Mercado Nacional – munição além previsto.

OCUPAÇÃO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS
CBO 4121-10 Digitador	<p>Descrição Sumária</p> <p>Organizam a rotina de serviços e realizam entrada e transmissão de dados, operando teleimpressoras e microcomputadores; registram e transcrevem informações, atendem necessidades do cliente interno e externo. supervisionam trabalho em equipe e negociam serviço com cliente</p> <p>Formação e Experiência</p> <p>O exercício dessas ocupações requer escolaridade de ensino médio e curso básico de profissionalização de até duzentas horas/aula. o pleno desempenho das atividades ocorre com menos de um ano de experiência e no caso de supervisor, após dois anos.a(s) ocupação(ões) elencada(s) nesta família ocupacional demanda formação profissional para efeitos do cálculo do número de aprendizes a serem contratados pelos estabelecimentos, nos termos do artigo 429 da consolidação das leis do trabalho - CLTt, exceto os casos previstos no art. 10 do decreto 5.598/2005.</p> <p>Condições Gerais de Exercício</p> <p>Trabalham em serviços de apoio administrativo nos mais variados ramos de atividade, em serviços de informática e de correio. são assalariados, com carteira assinada, exceto o digitador que pode trabalhar por conta própria. Atuam de forma individual e em equipe, sob supervisão, em ambiente fechado e em sistema de rodízio de turnos.</p>

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. O Documento de Formalização da Demanda estipulou 568 (quinhentos e sessenta e oito) postos de trabalho distribuídos nos 26 (vinte e seis) Estados da Federação e no Distrito Federal, além da Divisão Nacional de Controle de Arma de Fogo (DARM /CGCSP/DPA/PF) e da Delegacia de Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu/PR, por ser uma Unidade Administrativa autônoma.

7.2. Os postos de trabalho com dedicação exclusiva serão distribuídos nas seguintes localidades:

ITEM	LOCAL	QUANT. MÁX.
1	AC	1
2	AL	5
3	AM	5
4	AP	1
5	BA	15
6	CE	9
7	DF	16
8	(DF) DARM/CGCSP/DPA/PF	29
9	ES	4
10	GO	53
11	MA	6
12	MG	55
13	MS	16
14	MT	19
15	PA	10

16	PB	5
17	PE	11
18	PI	2
19	PR	50
20	DPF/FIG/PR	1
21	RJ	18
22	RN	3
23	RO	9
24	RR	1
25	RS	54
26	SC	38
27	SE	1
28	SP	126
29	TO	5
		568

Tabela 02

7.3. Com o objetivo de se estimar a quantidade de postos necessários para atender a nova demanda foi realizado um levantamento dos tipos e quantidades de processos relacionadas aos CACs (Colecionador, Atirador e Caçador), que o Exército Brasileiro efetuou nos últimos 3 anos, conforme TABELA 01.

7.3.1. Além de levantar os tipos e quantidades de processos relacionadas aos CACs (Colecionador, Atirador e Caçador), que o Exército Brasileiro efetuou nos últimos 3 anos, para se estimar a quantidade de postos terceirizados foi necessário se estimar também o tempo médio gasto em cada tipo de atendimento.

MÉDIA POR TIPO DE ATENDIMENTO		2021	2022	2023	MÉDIA GERAL
ITENS	PROCESSO	MÉDIA	MÉDIA	MÉDIA	

1	Apostilamento CR PF - Atualização Doc Identificação Pessoal	53,33	54,74	83,02	63,70
2	Apostilamento CR PF - Atualização Tipo Atividade e Tipo PCE	53,64	52,53	115,37	73,85
3	Apostilamento CR PF - Atualização de Endereço do Acervo	60,06	54,84	54,94	56,61
4	Apostilamento CR PF - Inclusão de 2º Endereço Acervo	64,32	55,98	62,13	60,81
5	Aquisição de PCE no Mercado Nacional CAC	24,06	37,33	118,03	59,81
6	Autorização para Aquisição de PCE por Importação - CII	17	36,31	142,7	65,34
7	Cancelamento para Pessoa Física	73,81	61,79	83,63	73,08
8	Concessão de Registro para Pessoa Física - CAC	53,16	49,2		51,18
9	Emissão de Guia de Tráfego Pessoa Física CAC	30	30	30	30
10	Instituir Procurador para Pessoa Física	172,2	380,84	856,75	469,93
11	Registro e Apostilamento de Armas de CAC	33,17	40,53	71,43	48,38
12	Revalidação para Pessoa Física	56,62	90,57	435,04	194,08
13	2ª Via de Certificado de Registro de Arma de Fogo (CRAF)			41,32	41,32
14	Revalidação de Certificado de Registro de Arma de Fogo CRAF		19,5	44,77	32,14
15	Aquisição PCE Merc Nacional- munição além previsto			39	39,00
MÉDIA (SIMPLES) DE DURAÇÃO DE UM ATENDIMENTO EM MINUTOS					90,61

Tabela 03

7.4. Considerando a quantidade cada tipo de processos da tabela 01 **com a** média de tempo gasto em cada tipo de processo da tabela 04, optamos pelo uso da média ponderada para evitar distorções no valor médio, ao considerarmos os pesos individuais de cada valor.

7.5. Assim, com as informações das quantidades de cada tipo de processos e do tempo médio gasto em cada um, obtivemos a média ponderada de 47,17 minutos por atendimento, conforme tabela abaixo:

		Média Mensal	Média	TOTAL
--	--	--------------	-------	-------

Item	PROCESSO	de Processos	de Tempo	DE TEMPO
1	Atualização Documento de identificação Pessoal	230	63,7	14.651
2	Apostilamento ao CR - Atualização Tipo PCE	459	73,85	33.897
3	Apostilamento CR PF - Atualização de Endereço do Acervo	2.072	56,61	117.296
4	Apostilamento ao CR- Inclusão de 2º Endereço de Acervo	2.190	60,81	133.174
5	Autorização para Aquisição de PCE no Mercado Nacional	23.413	59,81	1.400.332
6	Autorização para aquisição de PCE por importação (CII)	3	65,34	196
7	Cancelamento de Certificado de Registro	18	73,08	1.315
8	Concessão de Registro – CAC	18.825	51,18	963.464
9	Emissão de Guia de Tráfego Pessoa Física CAC	38.636	30	1.159.080
10	Instituir Procurador para Pessoa Física	2	469,93	940
11	Registro e Apostilamento de Armas de CAC	19.611	48,38	948.780
12	Revalidação de Registro para Pessoa Física	1.513	194,08	293.643
13	Emissão de 2ª Via de Certificado de Registro de Arma de Fogo (CRAF)	172	41,32	7.107
14	Revalidação de Certificado de Registro de Arma de Fogo CRAF	1.299	32,14	41.750
15	Autorização para Aquisição de PCE Mercado Nacional – munição além previsto.	2	39	78
TOTAL DE PROCESSOS EM UM ANO		108.445		5.115.702
				47,17 minutos por processo
				MÉDIA PONDERADA

Tabela 04

7.6. Com a definição da quantidade de processos e do tempo médio por atendimento, podemos calcular a quantidade de postos necessários para cada Unidade da Federação:

UF	2021	2022	2023	MÉDIA ANUAL	TEMPO MÉDIO DE 1 ATENDIMENTO EM MINUTOS	MINUTOS NECESSÁRIOS ANO	MINUTOS POR DIA ÚTIL NO ANO (252 DIAS)	MINUTOS TRABALHADO POR DIA	POSTOS NECESSÁRIOS
AC	2.161	4.005	1.141	2.436	47,17	114.890	456	320*	1
AL	8.744	18.650	7.077	11.490	47,17	541.999	2.151	320	7
AM	8.516	21.024	5.903	11.814	47,17	557.282	2.211	320	7
AP	1.384	3.518	797	1.900	47,17	89.607	356	320	1
BA	31.758	57.862	23.469	37.696	47,17	1.778.136	7.056	320	22
CE	21.004	33.413	12.211	22.209	47,17	1.047.614	4.157	320	13
DF	34.918	59.234	20.767	38.306	47,17	1.806.910	7.170	320	22
DARM (DF)	50.000	50.000	50.000	83.000	47,17	2.358.500	9.359	320	29
ES	7.704	16.932	5.179	9.938	47,17	468.791	1.860	320	6
GO	104.903	208.211	75.120	129.411	47,17	6.104.333	24.224	320	76
MA	10.226	26.459	8.616	15.100	47,17	712.283	2.827	320	9
MG	100.990	218.190	84.150	134.443	47,17	6.341.692	25.165	320	79
MS	21.090	70.840	23.830	38.587	47,17	1.820.133	7.223	320	23
MT	20.307	89.494	28.644	46.148	47,17	2.176.817	8.638	320	27
PA	16.044	43.926	12.631	24.200	47,17	1.141.530	4.530	320	14
PB	9.922	19.811	5.965	11.899	47,17	561.292	2.227	320	7
PE	21.005	42.791	13.647	25.814	47,17	1.217.662	4.832	320	15
PI	4.605	7.856	2.491	4.984	47,17	235.095	933	320	3

PR	64.965	229.025	73.125	122.372	47,17	5.772.272	22.906	320	72
DPE/FIG/PR	2.400	2.400	2.400	2.400	47,17	113.208	449	320	1
RJ	30.388	74.650	24.619	43.219	47,17	2.038.640	8.090	320	25
RN	5.959	13.493	5.351	8.268	47,17	389.986	1.548	320	5
RO	15.741	37.608	10.545	21.298	47,17	1.004.627	3.987	320	12
RR	1.121	2.952	1.304	1.792	47,17	84.544	335	320	1
RS	104.637	210.871	80.507	132.005	47,17	6.226.676	24.709	320	77
SC	50.199	171.013	55.590	92.267	47,17	4.352.250	17.271	320	54
SE	3.085	4.950	1.624	3.220	47,17	151.872	603	320	2
SP	239.847	496.622	183.046	306.505	47,17	14.457.841	57.372	320	179
TO	7.383	19.575	6.930	11.296	47,17	532.832	2.114	320	7
TOTAL DE PROCESSOS	1.036.027,00	2.288.375,00	852.749,00	1.394.020					
TOTAL DE POSTOS <i>*Posto Digitador 6 Horas = 360 minutos. Entretanto, a cada 90 minutos trabalhado há 10 minutos de descanso. Ao todo são 40 minutos de descanso por dia. Logo, 360-40 = 320</i>									796

Tabela 05

7.6. Embora na tabela acima tenhamos chegado ao quantitativo de **796 postos**, devemos considerar que, após a troca de governo e com a adoção de uma nova política com relação aos colecionadores, atiradores e caçadores, há uma queda nos números de processos e a tendência é que ela se mantenha baixa. Comparando os números de 2022 com 2023, observa-se uma queda de 62,7% no número de processos. Uma queda significativa, que se justifica por se tratar do último ano de um governo mais flexível com relação às armas e o primeiro ano de um outro governo com um perfil mais conservador a respeito do armamento. Assim, é razoável considerar que em 2024 o contingenciamento com relação aos colecionadores, atiradores e caçadores continue. O mesmo deve acontecer nos anos de 2025 e 2026.

7.7. Embora a queda de processos sobre os CACs tenha sido de expressivos 62,7% de 2022 para 2023, o mais razoável é que após a implementação das mudanças trazidas pelo Decreto nº 11.615/2023 os números se estabilizem em um patamar menor do que a média dos últimos 3 anos.

7.8. Assim, projetando na média dos últimos 3 anos (**1.394.020 processos**), uma queda de 30% (**975.814 processos**), haveria necessidade de **APENAS 568 postos** de trabalho terceirizados de 06 horas diárias.

TOTAL DE ENTRADA DE PROCESSOS PREVISTOS COM UMA QUEDA DE 30% NA MÉDIAS DOS ÚLTIMOS 3 ANOS										
UF	2021	2022	2023	MÉDIA	MÉDIA ANUAL - 30%	TEMPO MÉDIO DE 1 ATENDIMENTO EM MINUTOS	MINUTOS NECESSÁRIOS ANO	MINUTOS POR DIA ÚTIL NO ANO (252 DIAS)	MINUTOS TRABALHADO POR DIA	POSTOS NECESSÁRIOS
AC	2.161	4.005	1.141	2.436	1.705	47,17	80.423	319	360	1
AL	8.744	18.650	7.077	11.490	8.043	47,17	379.399	1.506	320	5
AM	8.516	21.024	5.903	11.814	8.270	47,17	390.097	1.548	320	5
AP	1.384	3.518	797	1.900	1.330	47,17	62.725	249	320	1
BA	31.758	57.862	23.469	37.696	26.387	47,17	1.244.695	4.939	320	15
CE	21.004	33.413	12.211	22.209	15.547	47,17	733.330	2.910	320	9
DF	34.918	59.234	20.767	38.306	26.814	47,17	1.264.837	5.019	320	16
DARM (DF)	83.000	83.000	83.000	83.000	58.100	47,17	2.740.577	10.875	320	29
ES	7.704	16.932	5.179	9.938	6.957	47,17	328.154	1.302	320	4
GO	104.903	208.211	75.120	129.411	90.588	47,17	4.273.033	16.956	320	53
MA	10.226	26.459	8.616	15.100	10.570	47,17	498.598	1.979	320	6
MG	100.990	218.190	84.150	134.443	94.110	47,17	4.439.184	17.616	320	55
MS	21.090	70.840	23.830	38.587	27.011	47,17	1.274.093	5.056	320	16
MT	20.307	89.494	28.644	46.148	32.304	47,17	1.523.772	6.047	320	19
PA	16.044	43.926	12.631	24.200	16.940	47,17	799.071	3.171	320	10
PB	9.922	19.811	5.965	11.899	8.330	47,17	392.904	1.559	320	5
PE	21.005	42.791	13.647	25.814	18.070	47,17	852.363	3.382	320	11

PI	4.605	7.856	2.491	4.984	3.489	47,17	164.567	653	320	2
PR	64.965	229.025	73.125	122.372	85.660	47,17	4.040.590	16.034	320	50
DPF /FIG /PR	2.400	2.400	2.400	2.400	1.680	47,17	79.246	314	320	1
RJ	30.388	74.650	24.619	43.219	30.253	47,17	1.427.048	5.663	320	18
RN	5.959	13.493	5.351	8.268	5.787	47,17	272.990	1.083	320	3
RO	15.741	37.608	10.545	21.298	14.909	47,17	703.239	2.791	320	9
RR	1.121	2.952	1.304	1.792	1.255	47,17	59.181	235	320	1
RS	104.637	210.871	80.507	132.005	92.404	47,17	4.358.673	17.296	320	54
SC	50.199	171.013	55.590	92.267	64.587	47,17	3.046.575	12.090	320	38
SE	3.085	4.950	1.624	3.220	2.254	47,17	106.310	422	320	1
SP	239.847	496.622	183.046	306.505	214.554	47,17	10.120.489	40.161	320	126
TO	7.383	19.575	6.930	11.296	7.907	47,17	372.983	1.480	320	5
				1.394.020	975.814					568

Tabela 06

7.9. Por outro lado, em consulta com as Superintendências Regionais de Polícia Federal, e considerando os postos terceirizados já atuando nos **SINARMs e demais coordenações/divisões/setores/áreas/atividades relacionadas ao controle de arma de fogo da Polícia Federal**, o número de postos previstos pelas Unidades foram menores, **totalizando 482 postos**.

PREVISÃO DE QUANTITATIVOS DE POSTOS		
UF	QUANTIDADE SOLICITADA PELAS SRs	QUANTIDADE PREVISTA PELA DILOG/DITEC/PF
		Considerando uma queda de 30% em relação à média dos últimos 3 anos
AC	2	1
AL	10	5
AM	6	5
AP	3	1
BA	28	15
CE	12	9
DF	7	16
DARM (DF)	29	29

ES	12	4
GO	5	53
MA	6	6
MG	36	55
MS	8	16
MT	25	19
PA	2	10
PB	16	5
PE	14	11
PI	3	2
PR	15	50
DPE/FIG/PR	1	1
RJ	14	18
RN	2	3
RO	13	9
RR	1	1
RS	24	54
SC	30	38
SE	6	1
SP	148	126
TO	4	5
	482	568

Tabela 07

7.10. Percebe-se que das 29 localidades em apenas 04 os quantitativos coincidiram, sendo que em 14 as Superintendências solicitaram um número de postos superior ao estimado pela DILOG/DITEC/PF, em 11 lugares foi pedido um número inferior ao estimado pela DILOG/DITEC/PF.

7.11. Por se tratar de um novo tipo de serviço que a Polícia Federal está recebendo, e considerando o relatório que o Exército elaborou, levando em consideração **a quantidade de atendimentos e o tempo médio de cada atendimento**, é mais prudente a realização de pregão eletrônico via Sistema de Registro de Preços (SRP).

7.12. De acordo com o artigo 3º, Decreto 11.462/2023, podemos deixar o quantitativo de 568 postos como o número máximo a ser contratado, podendo ser usado na totalidade ou não, bem como se tem a possibilidade de remanejar postos que não sejam utilizados em uma UASG para outra que esteja com quantitativo insuficiente.

Decreto 11.462/2023, Art. 3º. O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

I -

II -

III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

IV -

V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

QUANTITATIVO MÍNIMO A SER CONTRATADO			
UF	QUANTIDADE SOLICITADA PELAS SRs	QUANTIDADE PREVISTA PELA DILOG/DITEC/PF	O MENOR DE CADA COLUNA

AC	2	1	1
AL	10	5	5
AM	6	5	5
AP	3	1	1
BA	28	15	15
CE	12	9	9
DF	7	16	7
DARM	29	29	29
ES	12	4	4
GO	5	53	5
MA	6	6	6
MG	36	55	36
MS	8	16	8
MT	25	19	19
PA	2	10	2
PB	16	5	5
PE	14	11	11
PI	3	2	2
PR	15	50	15
DPF/FIG/PR	1	1	1
RJ	14	18	14
RN	2	3	2
RO	13	9	9
RR	1	1	1
RS	24	54	24
SC	30	38	30
SE	6	1	1
SP	148	126	126
TO	4	5	4
	482	568	397
		MÁXIMO NÚMERO DE POSTOS	MÍNIMO NÚMERO DE POSTOS

Tabela 08

7.13. Como quantidade mínima de postos a serem contratados, usamos a estimativa mais conservadora dentre o previsto pelas SRs e o estimado pelo DILOG/DITEC/PF, totalizando um número **mínimo de 397 postos e o máximo de 568 postos.**

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 35.765.687,64

8.1. A base da composição dos preços de serviços de terceirização é o custo direto da mão de obra alocada nos postos de trabalho acrescidos dos custos indiretos, da tributação sobre o faturamento e do lucro da empresa. Os custos diretos incluem, essencialmente: a remuneração dos postos, os adicionais, os encargos sociais, os benefícios obrigatórios definidos em acordos ou

convenções coletivas de trabalho, a provisão para a rescisão de profissionais e os custos com a reposição de profissionais ausentes. Todos esses custos são detalhados por meio de planilhas anexas às propostas de preços das licitantes vencedoras dos pregões.

8.2. Destaca-se que o valor a ser considerado para efeito de comparação e composição da pesquisa de preços é o valor do posto de trabalho e não do item da licitação, visto que existem licitações em que o item licitado contempla todos os postos e até mesmo postos de diversas categorias de empregados o que inviabilizaria qualquer tipo de comparação.

8.3. O valor apurado engloba os insumos, salários e demais benefícios das CCTs, tributos, custos indiretos e lucros, baseando-se nos seguintes elementos:

8.4. Convenções Coletivas de Trabalho dos serviços de terceirização de mão-de-obra, utilizados para inclusão dos benefícios diários e mensais tais como: Vale Transporte, Vale Alimentação, Auxílio Saúde, entre outros. Optou-se por utilizar as seguintes Convenções Coletivas de Trabalho:

1. SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE LIMPEZA DO ESTADO DO AC – **SEAC/AC**
2. SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS – **SEAC/AL**
3. SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS – **SEAC/AM**
4. SINDICATO DAS EMPRESAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO ESTADO DO AMAPÁ – **SEPS/AP**
5. SINDICATO DOS EMPREGADOS DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS, RESSEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E VIDA, SAÚDE SUPLEMENTAR E CAPITALIZAÇÃO NOS ESTADOS DA BAHIA – **SINDPREV/DF**
6. SINDICATO DOS TRABALHADORES EM PROCESSAMENTO DE DADOS, SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E SIMILARES DO ESTADO DO CEARA - **SINDPD/CE**
7. SINDICATOS DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE CONTABILIDADE E EMPRESAS DE AUDITORIA, CONSULTORIA, PERÍCIA, TRIBUTÁRIA CONTÁBEIS DO DISTRITO FEDERAL - **SINEECON-DF**
8. FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE BENS E SERVIÇOS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - **FETRACS/ES**
9. SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVAÇÃO, LIMPEZA URBANA E TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA DO ESTADO DE GOIÁS – **SEAC/GO**
10. SINDICATO DOS EMPREGADOS PROCESSAMENTO DE DADOS NO EST MARANHÃO – **SINDPD/MA**
11. SINDICATO DOS EMPREGADOS E EMPRESAS DE PROCESSAMENTO DE DADOS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS- **SINDADOS/MG**
12. SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL - **SEAC/MS**
13. SINDICATO DOS TRABALHADORES NOS ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PERÍCIAS – **SESCON/MT**
14. SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NO ESTADO DO PARA – **SINDPD/PA**
15. SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS E ÓRGÃOS PÚBLICOS E PRIVADOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS SERVIÇOS DE INFORMÁTICA SIMILARES E PROFISSIONAIS DE PROCESSAMENTO DE DADOS DA PB – **SINDPD/PB**
16. SINDICATO DOS TRABALHADORES EM PROCESSAMENTO DE DADOS, INFORMÁTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO - **SINDPD/PE**
17. SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ - **SEAC/PI**
18. SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS PRIVADAS DE PROCESSAMENTO DE DADOS DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA – **SITEPD/PR**
19. SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS E SERVIÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS, DE INFORMÁTICA E INTERNET, E SIMILARES, DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – **SINDPD/RJ**

20. SINDICATO DOS TRABALHADORES DE EMPRESAS E ÓRGÃOS PÚBLICOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E SIMILARES – **SINDPD/RN**

21. SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE TERCEIRIZAÇÃO EM GERAL E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO ESTADO DE RONDÔNIA – **SINTELPES/RO**

22. SINDICATOS DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA, ÁREAS VERDES, ASSEIO E CONSERVAÇÃO E COLOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE TERCEIROS DO ESTADO DE RORAIMA – **SIEMACO/RR**

23. SINDICATO DOS EMPREGADOS DE EMPRESAS DE ASSESSORIA PERICIAIS DE INFORMÁTICA E PESQUISA - **SEMAPI/RS**

24. SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA – **SEAC/SC**

25. FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO NOS ESTADOS DA BAHIA E SERGIPE – **FETRACOM/BA**

26. SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS E CURSOS DE INFORMÁTICA DO ESTADO DE SÃO PAULO – **SINDIE/SP**

27. SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS - **SINTECAP/TO**

8.5. As CCTs foram obtidas por meio do Sistema Mediador (<http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/ConsultarInstColetivo>).

8.6. Nem todas as CCTs estão atualizadas para 2024, devendo a Administração garantir a repactuação após a assinatura do contrato.

8.7. Destaca-se que no momento da licitação, bem como quando da elaboração do Edital e do Termo de Referência, deverá haver regramento que obrigue as empresas a vincular sua proposta à convenção coletiva a qual a empresa estará efetivamente submetida, a fim de garantir fidedignidade dos valores contratados e aos efetivos custos do serviço.

8.8. A Planilha de Custos e Formação de Preços usada para estimar o valor da contratação é baseada, com algumas alterações, na indicada no Anexo VII-D da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, constante do Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br/centrais-de-conteudo/orientacoes-e-procedimentos/11-orientacoes-gerais-para-planilha-de-custos-e-formacao-de-precos>).

8.9. Também podem ser observados o percentual do Seguro de Acidente de Trabalho (SAT), que varia de 1 a 3% (Submódulo 2.2), dependendo da Empresa, bem como no **Módulo 06** (CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO), uma vez que nos Custos Indiretos a Administração utiliza o percentual de 6%, podendo a empresa diminuir o percentual por sua conta e risco, sendo a mesma coisa para o Lucro, onde a Administração usa o percentual de 6,79% e as licitantes podem diminuir de acordo com a sua política interna.

8.10. Ainda no **Módulo 06** (CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO) a Administração utiliza as alíquotas relativas a PIS (1,65%) e COFINS (7,60%). Entretanto, as empresas tributadas pelo regime de incidência não cumulativa de PIS e de COFINS pode reduzir esses percentuais para até o mínimo de 0,65% para o PIS e de 3% para o COFINS, conforme a média dos últimos 12 meses.

8.11. O detalhamento de cada um dos custos de salários, encargos, benefícios oriundos de Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho, custos indiretos, tributação e lucro constam da Planilha de Custo e Formação de Preços (**em anexo**) e toda a documentação suporte (convenções coletivas utilizadas, consulta na internet e mesmo as planilhas em Excel contendo as fórmulas utilizadas para cálculo desses custos e formação do preço constam dos autos.

8.12. A viabilidade de utilização desses dados e valores apurados está no fato de que o salário é a principal variável na composição dos preços de postos de trabalhos de serviços de terceirização, uma vez que os encargos sociais e a tributação sobre o faturamento são previsões legais relativamente "fixas" e resultam, em última análise, da simples aplicação de percentuais sobre o salário; assim também, os demais custos tem relevância menor ou refletem estatísticas regionais de informações trabalhistas.

8.13. Para a composição dos custos referente aos serviços, devem ser atendidas as seguintes necessidades:

- salários dos terceirizados, conforme convenções coletivas e média salarial de mercado;
- encargos previdenciários (GPS), fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS) e outras contribuições;

- benefícios anuais (13º salário, férias, adicional de férias)
- benefícios mensais e diários (auxílio transporte, auxílio alimentação, seguro de vida, invalidez e funeral, plano de assistência médica, etc.)
- adicional de insalubridade, quando houver;
- adicional de periculosidade, quando houver;
- taxa de administração para os custos operacionais;
- reposição de profissional durante ausências legais (férias, licenças, acidente de trabalho, etc).
- exames médicos admissionais;
- impostos para faturamento aplicado a um único CNPJ (PIS, COFINS e ISS);
- modalidade de contratação semi provisionado (valores pagos mensalmente já contempla provisão para pagamento de 13º salário e férias);
- provisão para rescisão: estimativa de 5% dos empregados serem substituídos por ano ou não provisão para rescisões - Caso a Contratante decida em devolver algum colaborador posteriormente, o custo das verbas rescisórias será cobrado quando do evento e com um único pagamento.
- Não há viagens estimadas, portanto não há necessidade de prever custos com despesas de viagens, como transporte, hospedagem e alimentação.

8.12. Visando reduzir os custos da contratação, nas localidades onde foi possível a redução da carga horária com pagamento proporcional (Amapá, Distrito Federal, Rondônia, Rio Grande do Sul e Tocantins), foi realizado. Há outras localidades (Goiás, Piauí e Sergipe) onde seria possível a redução da carga horária com pagamento proporcional, mas não foi implementado, uma vez que o salário proporcional ficaria abaixo do Salário Mínimo nacional.

8.13. O custo para contratação de 568 (quinhentos e sessenta e oito) postos de Digitação ficou estimado em **R\$ 35.765.687,64** (trinta e cinco milhões setecentos e sessenta e cinco mil seiscentos e oitenta e sete reais e sessenta e quatro centavos).

DIGITADOR CBO 4121-10 (CATSER 859/21032)					
UF	UASG	VALOR POSTO	QUANTIDADE MÁXIMA	MENSAL	ANUAL
AC	200380	R\$ 6.286,76	1	R\$ 6.286,76	R\$ 75.441,12
AL	200358	R\$ 5.571,80	5	R\$ 27.859,00	R\$ 334.308,00
AM	200382	R\$ 8.916,88	5	R\$ 44.584,40	R\$ 535.012,80
AP	200402	R\$ 4.998,89	1	R\$ 4.998,89	R\$ 59.986,68
BA	200346	R\$ 5.165,18	15	R\$ 77.477,70	R\$ 929.732,40
CE	200392	R\$ 5.910,04	9	R\$ 53.190,36	R\$ 638.284,32
DF	200338	R\$ 5.404,94	16	R\$ 86.479,04	R\$ 1.037.748,48
(DF) DARM	200334	R\$ 4.383,41	29	R\$ 127.118,89	R\$ 1.525.426,68
ES	200352	R\$ 5.700,07	4	R\$ 22.800,28	R\$ 273.603,36
GO	200376	R\$ 5.125,90	53	R\$ 271.672,70	R\$ 3.260.072,40
MA	200388	R\$ 5.525,85	6	R\$ 33.155,10	R\$ 397.861,20
MG	200350	R\$ 4.830,05	55	R\$ 265.652,75	R\$ 3.187.833,00
MS	200354	R\$ 5.472,97	16	R\$ 87.567,52	R\$ 1.050.810,24
MT	200374	R\$ 3.896,80	19	R\$ 74.039,20	R\$ 888.470,40
PA	200386	R\$ 5.234,92	10	R\$ 52.349,20	R\$ 628.190,40
PB	200396	R\$ 3.790,16	5	R\$ 18.950,80	R\$ 227.409,60

PE	200398	R\$ 5.101,20	11	R\$ 56.113,20	R\$ 673.358,40
PI	200390	R\$ 5.524,81	2	R\$ 11.049,62	R\$ 132.595,44
PR	200364	R\$ 4.124,30	50	R\$ 206.215,00	R\$ 2.474.580,00
DPF/FIG/PR	200366	R\$ 5.072,40	1	R\$ 5.072,40	R\$ 60.868,80
RJ	200356	R\$ 5.264,21	18	R\$ 94.755,78	R\$ 1.137.069,36
RN	200394	R\$ 6.059,17	3	R\$ 18.177,51	R\$ 218.130,12
RO	200378	R\$ 5.288,17	9	R\$ 47.593,53	R\$ 571.122,36
RR	200384	R\$ 5.220,98	1	R\$ 5.220,98	R\$ 62.651,76
RS	200372	R\$ 4.096,77	54	R\$ 221.225,58	R\$ 2.654.706,96
SC	200370	R\$ 4.925,24	38	R\$ 187.159,12	R\$ 2.245.909,44
SE	200344	R\$ 5.537,56	1	R\$ 5.537,56	R\$ 66.450,72
SP	200360	R\$ 6.672,90	126	R\$ 840.785,40	R\$ 10.089.424,80
TO	200404	R\$ 5.477,14	5	R\$ 27.385,70	R\$ 328.628,40
			568		R\$ 35.765.687,64

8.14. Foi utilizada como modelo a planilha de estimativa de custos e formação de preços anexo da IN 05/2017-SEGES/MP, cuja composição será detalhada abaixo.

PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS
Digitador (CBO 4121-10) - Brasília/DF

Nº Processo: 08059.XXXXXXX/2024-XX - DITEC/PF
LICITAÇÃO Nº: ____/2024
SESSÃO PÚBLICA: ____/____/2024 às horas (Horário de Brasília/DF)

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)		
A	Data da apresentação da proposta (dia/mês/ano)	____/____/2024
B	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	SINEECON/2023-DF
C	Nº de meses de execução contratual	24
D	Data base da categoria	31/12/2023

Módulo 1: Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração	Percentual (R\$)	Valor (R\$)	MEMÓRIA DE CÁLCULO
A	Salário-Base (CLÁUSULA 3 CCT-2023 SINEECON/DF) R\$ 2.163,00 por 44 horas semanais		R\$ 1.474,77	Salário proporcional a 30 horas semanais
B	Adicional de Periculosidade (Laudo Local)	30%	R\$ 442,43	Apenas na localidade onde houver laudo
Total			R\$ 1.917,20	
Nota1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período da vigência da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) adotada.				

Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários				
Submódulo 2.1 – 13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias				
2.1	13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias		Valor (R\$)	MEMÓRIA DE CÁLCULO
A	13º (décimo terceiro) Salário (item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 MPDG) 8,33%	8,33%	R\$ 159,70	(item 14 do Anexo XII da IN 05 /2017 MPDG) 8,33%
B	Férias e Adicional de Férias (item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 MPDG) 12,10%	12,10%	R\$ 231,98	(item 14 do Anexo XII da IN 05 /2017 MPDG) 12,10%
Total		20,43%	R\$ 391,68	
Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes à gratificação natalina e adicional de férias.				
Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.				

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições				
(Base de cálculo: Módulo 1 + Submódulo 2.1)				
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)	MEMÓRIA DE CÁLCULO

A	INSS. Art. 22, Inciso I, da Lei nº 8.212/91.					20,00%	R\$ 461,78	=(MÓDULO 01 + SUBMÓDULO 2.1)*20%
B	Salário Educação. Art. 3º, Inciso I, Decreto n.º 87.043 /82.					2,50%	R\$ 57,72	=(MÓDULO 01 + SUBMÓDULO 2.1)*2,5%
C	<div>RAT x FAP</div> <div>Cálculo do valor: % do SAT x FAP</div> <div>(Fator Acidentário de Prevenção de cada empresa)</div> <div>Anexo V do Decreto n.º 3.048 /1999). (de 1 a 3%)</div>	<div>RAT</div> <div>=</div> <div>3%</div>	<div>FAP</div> <div>=</div> <div>1,00</div>	3,00%	R\$ 69,27	=(MÓDULO 01 + SUBMÓDULO 2.1)* (0,5 a 3,0) %		
D	SESC ou SESI. Art. 3º, Lei n.º 8.036/90.					1,50%	R\$ 34,63	=(MÓDULO 01 + SUBMÓDULO 2.1)*1,5%
E	SENAC ou SENAI. Decreto n.º 2.318/86.					1,00%	R\$ 23,09	=(MÓDULO 01 + SUBMÓDULO 2.1)*1%
F	SEBRAE. Art. 8º, Lei n.º 8.029/90 e Lei n.º 8.154/90.					0,60%	R\$ 13,85	=(MÓDULO 01 + SUBMÓDULO 2.1)*0,60%
G	INCRA. Lei n.º 7.787/89 e DL n.º 1.146/70.					0,20%	R\$ 4,62	=(MÓDULO 01 + SUBMÓDULO 2.1)*0,20%
						28,80%	R\$ 664,96	
H	FGTS. Art. 15, Lei nº 8.030/90 e Art. 7º, III, CF.					8,00%	R\$ 184,71	=(MÓDULO 01 + SUBMÓDULO 2.1)*8%
Total						36,80%	R\$ 849,67	
<div>Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.</div> <div>Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2% para risco médio, e de 3% para risco grave.</div> <div>Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1.</div>								

Submódulo 2.3 – Benefícios Mensais e Diários

2.3	Benefícios Mensais e Diários		Valor (R\$)	MEMÓRIA DE CÁLCULO
A	<p>Transporte Cálculo do valor:</p> <p>$[(2 \times VT \times \text{dias úteis}) - (6\% \times SB)]$</p>		R\$ 153,51	<p>FÓRMULA $= (5,50 \times 2 \times 22) - (SB/100) \times 6$</p> <p>onde:</p> <p>a) 5,50 é o valor unitário da passagem local definido pelo Município;</p> <p>b) 2 é a quantidade diária de passagens a ser fornecida</p> <p>c) 22 é a quantidade estimada de dias trabalhado no mês;</p> <p>d) SB = Salário Base</p> <p>e) 6% do SB é máximo que será custeado pelo empregado.</p> <p>$= (5,50 \times 2 \times 22) = R\\$ 242,00$</p> <p>$= (\text{Sal. Base} \times 6\%) = R\\$ 88,49$</p> <p>$242,00 - 88,49 = R\\$ 153,51$, que é o valor efetivo custeado pela empresa</p>
	A.1) Valor da passagem do transporte coletivo no município de prestação dos serviços:	R\$ 5,50		Valor do VT vigente no município
	A.2) Quantidade de passagens por dia por empregado:	2,00		Quantidade de passagens por dia por empregado:
	A.3) Quantidade de dias do mês de recebimento de passagens	22		Quantidade estimada de dias do mês de recebimento de passagens
	A.4) Participação do empregado em percentual do salário-base	6,00%		Participação do empregado (no máximo 6%) em percentual do salário-base
B	Auxílio-Refeição/Alimentação Cálculo do valor = (dias úteis x VA)		R\$ 649,00	Valor definido em algumas CCTs
	B.1) Valor do auxílio-alimentação - (Cláusula 11ª SINEECON/2023-DF) R\$ 27,50 p/ NÃO associados. Desconto de 5% para associados e 20% para NÃO associados.	R\$ 29,50		Valor mensal do Vale Alimentação
	B.2) Quantidade de dias do mês de recebimento de auxílio-alimentação	22		Quantidade estimada de dias do mês de recebimento de VA

	B.3) Participação do empregado em percentual sobre o auxílio-alimentação	5%	32,45	Contrapartida do empregado
E	Outros auxílios			Valor definido em algumas CCTs. Pago somente se atender ao § ÚNICO, Art. 6º IN 05/2017. É vedado ao órgão e entidade vincular-se às disposições previstas nos Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública.
	Total		R\$ 770,06	
Nota 1: o valor informado deverá ser o custo real do insumo (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado). Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no artigo 6º desta Instrução Normativa.				

Quadro Resumo do Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias	R\$ 391,68
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 849,67
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 770,06
Total		R\$ 2.011,42

Módulo 3 - Provisão para Rescisão				
				MEMÓRIA DE CÁLCULO Base de Cálculo:

3	Provisão para Rescisão	% sobre REM	Valor (R\$)	Módulo 1 + Módulo 2 (sem a incidência dos encargos previdenciários correspondentes ao GPS) * %.
A	Aviso Prévio Indenizado API. % API $(1/12*0,05*100\%) = 0,42\%$	0,42%	R\$ 7,99	De acordo com levantamento efetuado em diversos contratos, cerca de 5% do pessoal é demitido pelo empregador
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado. % FGTS sobre API. $8\%*0,42\% = 0,03\%$	0,03%	R\$ 0,64	% FGTS sobre API = Índice que demonstra o custo estimado com a incidência do FGTS sobre o aviso prévio indenizado API = custo mensal do aviso prévio indenizado, cotado na planilha (item "A" do Módulo 3) $0,08 = 8\%$ (alíquota do FGTS)
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado. $= (((1+2/12+(1/3*1/12))*(0,08*0,4*0,9*100\%))) = 3,44\%$	3,44%	R\$ 65,95	% Multa e CS sobre FGTS = Índice que demonstra o custo estimado com a Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado 1= Remuneração mensal 2/12 = Estimativa de 13º e férias sobre a remuneração (1/3*1/12) = Estimativa de 1/3 de férias 0,08 = Alíquota do FGTS 0,4 = Alíquota da Multa sobre o saldo do FGTS 0,9 = 90% dos funcionários remanescentes
D	Aviso Prévio trabalhado APT = $(07/30)/12*100 = 1,94\%$. NO SEGUNDO ANO o saldo percentual será de 0,194% $(1,94/30*3)$ apenas referente aos 3 dias que serão acrescentados. Acórdão 1186/2017 - Plenário	1,94%	R\$ 37,28	% APT = Índice a ser aplicado sobre o total do Módulo 1 para estimativa mensal do custo com aviso prévio trabalhado (7/30) = proporção de dias de aviso prévio a que o empregado tem direito de se ausentar durante o mês 12 = número de meses no ano PERC = percentual arbitrado de empregados que poderão ser demitidos sem a concessão de aviso prévio.
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado $(36,80\%*1,94\%) = 0,71\%$	0,71%	R\$ 13,69	Multiplicação simples entre o percentual total do submódulo 2.2 pelo percentual do APT. $(36,80\%*1,94\%) = 0,71\%$

F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado e sobre o Aviso Prévio Indenizado. $(0,08 \times 0,0194 \times 0,4 \times 100\%) = 0,062\%$	0,062%	R\$ 1,19	<p>% Multa e CS sobre FGTS = Índice que demonstra o custo estimado com a Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado</p> <p>1= Remuneração mensal</p> <p>APT = Aviso Prévio Trabalhado disposto no item “D” do Módulo 3</p> <p>0,08 = Alíquota do FGTS</p> <p>0,4 = Alíquota da Multa sobre o saldo do FGTS</p>
TOTAL		6,61%	R\$ 126,74	

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente				
Submódulo 4.1 – Substituto nas Ausências Legais				
4.1	Substituto nas Ausências Legais	% sobre REM	Valor (R\$)	MEMÓRIA DE CÁLCULO
A	Substituto na cobertura de Férias.(1 /12) 1 remuneração (Mód.1) dividida por 12 = 8,33%	8,33%	R\$ 159,77	1 remuneração (Mód.1) dividida por 12 = 8,33%
B	Substituto durante ausência por doença. $(5/30/12) \times 100\% = 1,39\%$	1,39%	R\$ 26,63	$(5/30/12) \times 100\% = 1,39\%$ Considerando uma estimativa de 5 dias de licença por ano, a estimativa do percentual dessa rubrica a ser aplicado sobre a remuneração mensal do titular pode ser obtida pelo cálculo abaixo: $\% \text{ Ausência por Doença} = (5 \div 30 \div 12) \times 100 \%$ Ausência por Doença 1,39%
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade. $(5/30/12) \times 0,015 \times 100\% = 0,02\%$	0,02%	R\$ 0,40	$(5/30/12) \times 0,015 \times 100\% = 0,02\%$ Considerando uma estimativa de 1,5% dos empregados usufruindo 5 (cinco) dias de licença por ano (IBGE), a estimativa do percentual dessa rubrica a ser aplicada sobre a remuneração mensal do titular pode ser obtida pelo cálculo abaixo:

				$\% LP = (5 \div 30 \div 12) \times 0,015 \times 100$ % LP 0,02%
D	<p>Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho.</p> <p>$(1/12)*0,0178*100\%/2 = 0,07\%$</p>	0,07%	R\$ 1,42	<p>$(1/12)*0,0178*100\%/2 = 0,07\%$</p> <p>Todo trabalhador/segurado da Previdência Social tem direito a um benefício previdenciário, em caso de moléstia que o afaste do trabalho por mais de 16 dias,</p> <p>em virtude de acidentes no exercício da atividade profissional, ou doenças adquiridas ou desencadeadas pelo exercício do trabalho ou das condições em que este é realizado e com ele se relacione diretamente.</p> <p>O benefício é o mesmo auxílio devido em caso de doença. Até o 15 dia, a remuneração é paga normalmente pela empresa. Do 16º dia em diante, o trabalhador recebe o benefício previdenciário.</p> <p>Na ocorrência do sinistro, o contratado terá o custo de colocação de um substituto no lugar daquele prestador de serviço afastado. Essa despesa é calculada por estimativa.</p> <p>Preveem-se quantos dias, no período de um ano, esse evento poderá ocorrer, calcula-se o valor correspondente, com base na remuneração do empregado.</p> <p>O contratado, em sua proposta, é quem dará a informação que retrata a sua realidade, que deverá ser observada durante toda a execução do contrato.</p> <p>Considerando uma estimativa de 1,78% dos empregados usufruindo 30 (trinta) dias de licença por ano, a estimativa do percentual dessa rubrica a ser aplicada sobre a remuneração mensal do titular pode ser obtida pelo cálculo abaixo:</p> <p>$\% LP = (1 \div 12) \times 0,0178 \times 100$ % LP 0,15%. O resultado é para 30 dias de afastamento. Só que a empresa arca somente com os primeiros 15 dias. Então, divide-se o resultado (0,1477) por 2. Ou seja: 0,07%.</p> <p>Onde:</p> <p>%LP= Índice que demonstra o custo estimado com a substituição na cobertura de ausências por acidente de trabalho. Esse índice deverá ser aplicado sobre a remuneração mensal (Módulo 1).</p> <p>$(1 \div 12)$ = Estimativa de 1 (uma) licença de 30 (trinta) dias por ano.</p> <p>0,0178=Estimativa de empregados usufruindo a licença.</p>
				<p>$= 11,11\% \times 5,28\% \times 50\% = 0,29\%$</p> <p>A licença maternidade consiste em um direito constitucional garantido à mulher, especialmente à gestante.</p> <p>Durante a licença, o salário maternidade e a parcela do décimo terceiro salário correspondente ao período</p>

E	<p>Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade. % Custo Estimado (CEST) = 11,11% $\times 5,28\% \times 50\% = 0,29\%$</p>	0,29%	R\$ 5,62	<p>da licença é custeado pelo INSS (Art. 86 da IN RFB 971 /2009).</p> <p>Cabe à empresa a provisão relativa a férias (1/12) e adicional de férias (1/3 x 1/12) e as contribuições previdenciárias</p> <p>sobre o período de licença conforme entendimento do próprio STJ.</p> <p>A remuneração do substituto, acrescida de todos os encargos, é justamente a remuneração da trabalhadora substituída</p> <p>no período (vide Módulo 1 e Submódulo 2.2).</p> <p>Portanto o custo do efetivo (CEF) é apurado a partir da fórmula abaixo</p> <p>a ser aplicada sobre a remuneração mensal do titular (Módulo 1):</p> $=(1/12+(1/3*1/12))*100 = 11,11\%$ <p>Onde:</p> <p>% CEF= Índice que demonstra o custo efetivo de afastamento maternidade</p> <p>1/12 = provisão de férias</p> <p>(1/3 * 1/12) = provisão mensal de 1/3 de férias</p> <p>De posse do custo efetivo, deve-se estimar o custo a ser aportado mensalmente na Planilha Analítica. Isso é realizado com a seguinte fórmula:</p> <p>% CEST = %CEF × N° de Ocorrências × Rateio do Custo durante um ano</p> <p>Onde:</p> <p>% CEST= Índice que demonstra o CUSTO ESTIMADO de afastamento maternidade a ser aportado na Planilha Analítica.</p> <p>Esse índice deverá ser aplicado sobre a remuneração mensal (Módulo 1).</p> <p>% CEF= Índice que demonstra o CUSTO EFETIVO de afastamento maternidade</p> <p>N° de Ocorrências= Número estimado de ocorrências</p> <p>Número Estimado de Ocorrências: Conforme Anuário Estatístico da RAIS, elaborado pelo Ministério do Trabalho, as mulheres representaram cerca de 24% do total de empregos no Distrito Federal em 2018 (477.974 do total de 1.193.098). Já o Anuário Estatístico da Previdência Social dispõe que foi concedida a quantidade de 105.457 salários-maternidade no âmbito do Distrito Federal em 2018. Essa quantidade representa cerca de 22% do total de mulheres</p>
---	---	-------	----------	--

				<p>empregadas no Distrito Federal no mesmo período. Portanto, a estimativa de uma determinada empregada usufruir 6 (seis) meses</p> <p>de licença a cada ano de execução contratual é de</p> <p>$0,24 \times 0,22 \times 100 = 5,28\%$ de empregadas afastadas</p> <p>Rateio do Custo durante Vigência Contratual: Divisão proporcional do custo de 6 (seis) meses de licença por ano (base do nº de ocorrências):</p> <p>$(6 \text{ meses de licença}) \div (12 \text{ meses}) \times 100 = 50\%$</p> <p>Com base nos dados acima, o custo estimado com licença maternidade (CEST) será assim obtido:</p> <p>% CEST = $11,11\% \times 5,28\% \times 50\%$ % CEST 0,29%</p>
F	<p>Substituto na cobertura de Ausência Legais. $(1/30/12) \times 100\% = 0,28\%$</p>	0,28%	R\$ 5,33	<p>$(1/30/12) \times 100\% = 0,28\%$</p> <p>Considera-se, no modelo, uma estimativa de que cada empregado usufrua 1 (um) dia de licença (ex. doação de sangue, retirar título de eleitor, falecimento de cônjuge etc.)</p> <p>por ano (IBGE). Portanto o percentual dessa rubrica a ser aplicada sobre a remuneração mensal do titular pode ser obtido pelo cálculo abaixo:</p> <p>% AL = $(1 \div 30 \div 12) \times 100$ % AL 0,28%</p> <p>Onde:</p> <p>%AL = Índice que demonstra o custo estimado com a substituição na cobertura de ausência legal. Esse índice deverá ser aplicado sobre a remuneração mensal (Módulo 1).</p> <p>$(1 \div 30 \div 12) =$ Estimativa de 1 (um) dia de licença por ano</p>
	TOTAL	10,39%	R\$ 199,16	

Quadro-Resumo do Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente		
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	R\$ 199,16
4.2	Substituto na Intra jornada	R\$ 0,00
Total		R\$ 199,16

Módulo 5 – Insumos Diversos		
5	Insumos diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ 0,00
B	Materiais	
C	Equipamentos	
D	Outros (especificar)	0.00
Total		R\$ 0,00

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro				
(Base de cálculo: (Módulo 1 + Total do Módulo 2 + Total do Módulo 3 + Total do Módulo 4 + Total do Módulo 5) * %				
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)	MEMÓRIA DE CÁLCULO
A	Custos Indiretos	6,00%	255,27	
B	Lucro	6,79%	288,88	
C	Tributos			
	C.1. Tributos Federais (PIS)	1,65%	70,20	(depende do regime de tributação - utilizada a hipótese de Lucro Real). Art. 2º, Lei 10.637/2002. (de 0,65 a 1,65%)
	C.2. Tributos Federais (COFINS)	7,60%	323,34	(depende do regime de tributação - utilizada a hipótese de Lucro Real). Art. 5º, § 10, Lei 9.718/98. (de 3 a 7,60%)
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)			
	C.3. Tributos Municipais (ISS) - Brasília/DF	5,00%	212,73	Art. 7º, Lei Complementar 116/2003. (de 2 a 5%)
	TOTAL			
Total		27,04%	1.150,42	

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO							
	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)						Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração						R\$ 1.917,20
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários						R\$ 2.011,42
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão						R\$ 126,74
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente						R\$ 199,16
E	Módulo 5 - Insumos Diversos						R\$ 00,00
Subtotal (A + B +C+ D+E)							R\$ 4.254,52
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro						R\$ 1.150,42

Valor Total por Empregado Mensal	R\$ 5.404,94
VALOR ANUAL	R\$ 64.859,34
CONTA=DEPÓSITO VINCULADA	
IN 05/2017-MPOG. O montante dos depósitos da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação será igual ao somatório dos valores das seguintes provisões:	
a) 13o (décimo terceiro) salário;	
b) férias e 1/3 (um terço) constitucional de férias;	
c) multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e	
d) encargos sobre férias e 13o (décimo terceiro) salário.	

8.15. Não haverá uso de uniforme ou outro insumo.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A contratação pretendida trata-se serviços terceirizados de **568 postos de digitador**.

9.2. A licitação atenderá 29 UGs da Polícia Federal nos 26 Estados e no Distrito Federal.

9.3. Foi adotado o parcelamento da solução, considerando a UASG onde serão executados os serviços.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. A contratação pretendida trata de serviço de terceirização de mão de obra, não havendo contratações correlatas, uma vez que a contratação não se interliga com outra prestação de serviços. Também não haverá contratações interdependentes, uma vez que não há nenhum outro objeto que precise ser contratado para que haja a completa prestação dos serviços pretendidos.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. Este tipo de contratação está alinhado com Plano Estratégico da Polícia Federal 2024-2027 e com o Plano Tático-Operacional da DITEC/PF, objetivo **01**, KR **1.5.1.1**.

11.2. A contratação dos serviços de Digitador foi incluída no PAC 2024, **itens 374; Id pca PNCP: 00394494000136-0-000042 /2024; Identificador da Futura Contratação 200406-14/2024**.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Como resultado a ser alcançado com a presente contratação, em termos de efetividade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis, almeja-se:

- Recepcionar de maneira adequada as novas atribuições da Polícia Federal designadas pelo Decreto nº 11.615/2023.
- Aumento da produtividade dos SINARMS e demais coordenações/divisões/setores/áreas/atividades relacionadas ao controle de arma de fogo da Polícia Federal, devido à desconcentração das atividades acessórias de suporte destinadas aos terceirizados;
- Economicidade na otimização dos recursos humanos;
- Melhoria das atividades de suporte dos SINARMS e demais coordenações/divisões/setores/áreas/atividades relacionadas ao controle de arma de fogo da Polícia Federal, com a especialização da terceirização.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. A Administração tomará as seguintes providências previamente ao contrato:

- Definições dos servidores que farão parte da equipe de fiscalização e gestão contratual; Capacitação dos fiscais e gestores a respeito do tema objeto da contratação;
- Definições dos locais onde serão disponibilizados os postos de serviços; Definição de planos de trabalho com vistas à boa execução contratual;
- Acompanhamento rigoroso das ações previstas nos projetos apresentados para a realização das adequações e melhorias no objeto a ser contratado.
- Adequação do ambiente laboral, uma vez que será necessário mais mesas, cadeiras e computadores.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Os impactos ambientais são as alterações no ambiente causadas pelas ações humanas. Os impactos ambientais podem ser considerados positivos e negativos. Os impactos negativos ocorrem quando as alterações causadas geram risco ao ser humano ou para os recursos naturais encontrados no espaço. Por outro lado, os impactos são considerados positivos quando as alterações resultam em melhorias ao meio ambiente.

14.2. Será dada prioridade para a contratação de empresa que adote critérios e práticas de sustentabilidade, conforme abaixo:

- geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- conscientização de seus empregados quanto às boas práticas ambientalmente sustentáveis, como:
- adequado acondicionamento dos resíduos recicláveis;
- racionalização do consumo de energia (especialmente elétrica) e adoção de medidas para evitar o desperdício de água tratada;
- redução de produção de resíduos sólidos.

15. Declaração Lei de Acesso à Informação

15.1. Em atenção ao artigo 10 da IN 81/2022-ME, declaramos que as informações contidas neste processo licitatório não se submetem a nenhuma restrição de acesso elencadas na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, sendo publicada em seu inteiro teor no site www.comprasnet.gov.br e no site www.pf.gov.br.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável a contratação, tendo em vista a nova demanda atribuída aos **SINARMS e demais coordenações/divisões/setores/áreas/atividades relacionadas ao controle de arma de fogo da Polícia Federal**, e o número de servidores nos setores não ser suficiente. Isto posto, com a contratação dos serviços de apoio ora pleiteados para auxiliar os servidores efetivos nas atividades acessórias, torna-se viável a recepção da nova demanda sem maiores prejuízos das atuais atividades administrativas exercidas pelas unidades.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

WALVERNACK BESERRA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 18/09/2024 às 07:30:37.

ELIEZER GENTIL DE SOUZA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 02/09/2024 às 13:49:17.

EMERSON SANTOS DE LIMA

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 17/09/2024 às 20:21:06.

ROBERTO REIS MONTEIRO NETO

Autoridade competente

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - DFD274_2024.pdf (119.1 KB)

Anexo I - DFD274_2024.pdf

Número do Documento de Formalização da Demanda: 274/2024

1. Informações Básicas

Área requisitante	Data da conclusão da contratação	UASG	Editado por
DITEC	31/10/2024 00:00	200406	ELIEZER GENTIL DE SOUZA

Descrição sucinta do objeto

Contratar mão de obra com dedicação exclusiva, para TODAS as Superintendências Regionais da Polícia Federal, nos serviços relacionados aos Colecionador, Atirador e Caçador (CACs) oriundos do Exército.

Justificativa da prioridade

No dia 21 de julho de 2023, foi publicado o Decreto nº 11.615 que previu a migração de competências relacionadas aos CACs (Colecionador, Atirador e Caçador), do Exército Brasileiro para a Polícia Federal, e a elaboração de atos conjuntos do Comando do Exército e da Polícia Federal (PF).

2. Justificativa de necessidade

No dia 21 de julho de 2023, foi publicado o Decreto nº 11.615 que previu a migração de competências relacionadas aos CACs (Colecionador, Atirador e Caçador), do Exército Brasileiro para a Polícia Federal, e a elaboração de atos conjuntos do Comando do Exército e da Polícia Federal (PF).

Art. 6º. No prazo de sessenta dias, contado da data de publicação deste Decreto, o Ministério da Justiça e da Segurança Pública e o Ministério da Defesa celebrarão acordo de cooperação para estabelecer os termos da migração da competência para a Polícia Federal.

§ 1º O acordo de cooperação estabelecerá a forma como ocorrerá a migração de competência das atribuições relativas à autorização e ao registro das atividades de caça excepcional, tiro desportivo e colecionamento, do porte de trânsito, do controle e da fiscalização de armas, munições e acessórios de colecionadores, atiradores desportivos e caçadores excepcionais, previstas no [art.24 da Lei nº 10.826, de 2003](#).

§ 2º Poderão ser estabelecidos outros acordos de cooperação entre os órgãos envolvidos para viabilizar as atribuições previstas neste Decreto.

Em 18 de setembro de 2023 foi assinado o Acordo de Cooperação Técnica nº 9/2023/GM entre o Ministério da Defesa e o Ministério da Justiça e Segurança Pública, estabelecendo que a Polícia Federal assumirá, a **partir do dia 1º/1/2025**, os novos processos relativos à transferência.

Assim, a Polícia Federal precisa planejar os espaços, mobiliários e mão de obra efetiva e terceirizada necessários para atendimento dos novos serviços que vão aportar na PF.

Com o objetivo de se estimar a mão de obra terceirizada necessária para atender a nova demanda foi realizado um levantamento dos tipos e quantidades de processos relacionadas aos CACs (Colecionador, Atirador e Caçador), que o Exército Brasileiro efetuou nos últimos 3 anos.

ENTRADA ANUAL DE PROCESSOS

Item	PROCESSO	2021	2022	2023	MÉDIA
1	Atualização Documento de identificação Pessoal	1.412	4.989	1.888	2.763
2	Apostilamento ao CR - Atualização Tipo PCE	4.462	10.018	2.044	5.508
3	Apostilamento CR PF - Atualização de Endereço do Acervo	13.519	29.244	31.836	24.866
4	Apostilamento ao CR- Inclusão de 2º Endereço de Acervo	19.904	37.738	21.202	26.281
5	Autorização para Aquisição de PCE no Mercado Nacional	208.841	551.469	82.558	280.956
6	Autorização para aquisição de PCE por importação (CII)	5	59	28	31
7	Cancelamento de Certificado de Registro	187	206	249	214
8	Concessão de Registro – CAC	246.012	410.769	20.911	225.897
9	Emissão de Guia de Tráfego Pessoa Física CAC	259.134	702.730	429.047	463.637
10	Instituir Procurador para Pessoa Física	59	0	15	25
11	Registro e Apostilamento de Armas de CAC	147.829	430.697	127.486	235.337
12	Revalidação de Registro para Pessoa Física	38.980	15.451	29	18.153
13	Emissão de 2ª Via de Certificado de Registro de Arma de Fogo (CRAF)	0	0	6.175	2.058
14	Revalidação de Certificado de Registro de Arma de Fogo CRAF	0	11.474	35.290	15.588
15	Autorização para Aquisição de PCE Mercado Nacional – munição além previsto.	0	0	60	20
					1.301.335

Além de levantar os tipos e quantidades de processos relacionadas aos CACs (Colecionador, Atirador e Caçador), que o Exército Brasileiro efetuou nos últimos 3 anos, para se estimar a quantidade de postos terceirizados foi necessário se estimar também o tempo médio gasto em cada tipo de atendimento.

MÉDIA DE ATENDIMENTO EM MINUTOS	2021	2022	2023	MÉDIA GERAL

ITEN	PROCESSO	MÉDIA	MÉDIA	MÉDIA	
2	Apostilamento CR PF - Atualização Doc Identificação Pessoal	53,33	54,74	83,02	63,70
3	Apostilamento CR PF - Atualização Tipo Atividade e Tipo PCE	53,64	52,53	115,37	73,85
1	Apostilamento CR PF - Atualização de Endereço do Acervo	60,06	54,84	54,94	56,61
4	Apostilamento CR PF - Inclusão de 2º Endereço Acervo	64,32	55,98	62,13	60,81
5	Aquisição de PCE no Mercado Nacional CAC	24,06	37,33	118,03	59,81
6	Autorização para Aquisição de PCE por Importação - CII	17	36,31	142,7	65,34
7	Cancelamento para Pessoa Física	73,81	61,79	83,63	73,08
8	Concessão de Registro para Pessoa Física - CAC	53,16	49,2		51,18
9	Emissão de Guia de Tráfego Pessoa Física CAC*	30	30	30	30
10	Instituir Procurador para Pessoa Física	172,2	380,84	856,75	469,93
11	Registro e Apostilamento de Armas de CAC	33,17	40,53	71,43	48,38
12	Revalidação para Pessoa Física	56,62	90,57	435,04	194,08
13	2ª Via de Certificado de Registro de Arma de Fogo (CRAF)			41,32	41,32
14	Revalidação de Certificado de Registro de Arma de Fogo CRAF		19,5	44,77	32,14
15	Aquisição PCE Merc Nacional- munição além previsto			39	39,00
MÉDIA DE DURAÇÃO DE UM ATENDIMENTO EM MINUTOS					99,31

Considerando a quantidade cada tipo de processos da tabela 1 **com a** média de tempo gasto em cada tipo de processo da tabela 2, optamos pelo uso da média ponderada para evitar distorções no valor médio, ao considerarmos os pesos individuais de cada valor.

Assim, com as informações das quantidades de cada tipo de processos e do tempo médio gasto em cada um, obtemos a média ponderada de 47,17 minutos por atendimento, conforme tabela abaixo:

Item	PROCESSO	Média Mensal de Processos	Média de Tempo	TOTAL DE TEMPO

1	Atualização Documento de identificação Pessoal	230	63,7	14.651
2	Apostilamento ao CR - Atualização Tipo PCE	459	73,85	33.897
3	Apostilamento CR PF - Atualização de Endereço do Acervo	2.072	56,61	117.296
4	Apostilamento ao CR- Inclusão de 2º Endereço de Acervo	2.190	60,81	133.174
5	Autorização para Aquisição de PCE no Mercado Nacional	23.413	59,81	1.400.332
6	Autorização para aquisição de PCE por importação (CII)	3	65,34	196
7	Cancelamento de Certificado de Registro	18	73,08	1.315
8	Concessão de Registro – CAC	18.825	51,18	963.464
9	Emissão de Guia de Tráfego Pessoa Física CAC	38.636	30	1.159.080
10	Instituir Procurador para Pessoa Física	2	469,93	940
11	Registro e Apostilamento de Armas de CAC	19.611	48,38	948.780
12	Revalidação de Registro para Pessoa Física	1.513	194,08	293.643
13	Emissão de 2ª Via de Certificado de Registro de Arma de Fogo (CRAF)	172	41,32	7.107
14	Revalidação de Certificado de Registro de Arma de Fogo CRAF	1.299	32,14	41.750
15	Autorização para Aquisição de PCE Mercado Nacional – munição além previsto.	2	39	78
TOTAL DE PROCESSOS EM UM ANO		108.445		5.115.702
				47,17 minutos por processo
				MÉDIA PONDERADA

Com a definição da quantidade de processos e do tempo médio por atendimento, podemos calcular a quantidade de postos necessários para cada Unidade da Federação:

							MINUTOS			
--	--	--	--	--	--	--	---------	--	--	--

UF	2021	2022	2023	MÉDIA ANUAL	TEMPO MÉDIO DE 1 ATENDIMENTO EM MINUTOS	MINUTOS NECESSÁRIOS ANO	POR DIA ÚTIL NO ANO (252 DIAS)	MINUTOS TRABALHADO POR DIA	POSTOS NECESSÁRIOS
AC	2.161	4.005	1.141	2.436	47,17	114.890	456	320*	1
AL	8.744	18.650	7.077	11.490	47,17	541.999	2.151	320	7
AM	8.516	21.024	5.903	11.814	47,17	557.282	2.211	320	7
AP	1.384	3.518	797	1.900	47,17	89.607	356	320	1
BA	31.758	57.862	23.469	37.696	47,17	1.778.136	7.056	320	22
CE	21.004	33.413	12.211	22.209	47,17	1.047.614	4.157	320	13
DF	34.918	59.234	20.767	38.306	47,17	1.806.910	7.170	320	22
DARM	50.000	50.000	50.000	83.000	47,17	2.358.500	9.359	320	29
ES	7.704	16.932	5.179	9.938	47,17	468.791	1.860	320	6
GO	104.903	208.211	75.120	129.411	47,17	6.104.333	24.224	320	76
MA	10.226	26.459	8.616	15.100	47,17	712.283	2.827	320	9
MG	100.990	218.190	84.150	134.443	47,17	6.341.692	25.165	320	79
MS	21.090	70.840	23.830	38.587	47,17	1.820.133	7.223	320	23
MT	20.307	89.494	28.644	46.148	47,17	2.176.817	8.638	320	27
PA	16.044	43.926	12.631	24.200	47,17	1.141.530	4.530	320	14
PB	9.922	19.811	5.965	11.899	47,17	561.292	2.227	320	7
PE	21.005	42.791	13.647	25.814	47,17	1.217.662	4.832	320	15
PI	4.605	7.856	2.491	4.984	47,17	235.095	933	320	3
PR	64.965	229.025	73.125	122.372	47,17	5.772.272	22.906	320	72
DPF/FIG/PR	2.400	2.400	2.400	2.400	47,17	113.208	449	320	1
RJ	30.388	74.650	24.619	43.219	47,17	2.038.640	8.090	320	25

RN	5.959	13.493	5.351	8.268	47,17	389.986	1.548	320	5
RO	15.741	37.608	10.545	21.298	47,17	1.004.627	3.987	320	12
RR	1.121	2.952	1.304	1.792	47,17	84.544	335	320	1
RS	104.637	210.871	80.507	132.005	47,17	6.226.676	24.709	320	77
SC	50.199	171.013	55.590	92.267	47,17	4.352.250	17.271	320	54
SE	3.085	4.950	1.624	3.220	47,17	151.872	603	320	2
SP	239.847	496.622	183.046	306.505	47,17	14.457.841	57.372	320	179
TO	7.383	19.575	6.930	11.296	47,17	532.832	2.114	320	7
TOTAL DE PROCESSOS	1.036.027,00	2.288.375,00	852.749,00	1.394.020					
TOTAL DE POSTOS									796

*Posto Digitador 6 Horas = 360 minutos. Entretanto, a cada 90 minutos trabalhado há 10 minutos de descanso. Ao todo são 40 minutos de descanso por dia. Logo, 360-40 = 320

Embora na tabela acima tenhamos chegado ao quantitativo de 796 postos, devemos considerar que, após a troca de governo e com a adoção de uma nova política com relação aos colecionadores, atiradores e caçadores, há uma queda nos números de processos e a tendência é que ela se mantenha baixa. Comparando os números de 2022 com 2023, observa-se uma queda de 62,7% no número de processos. Uma queda significativa, que se justifica por se tratar do último ano de um governo mais liberal com relação às armas e o primeiro ano de um outro governo com um perfil mais conservador a respeito do armamento. Assim, é razoável considerar que em 2024 o contingenciamento com relação aos colecionadores, atiradores e caçadores continue. O mesmo deve acontecer nos anos de 2025 e 2026.

Embora a queda de processos sobre os CACs tenha sido de expressivos 62,7% de 2022 para 2023, o mais razoável é que após a implementação das mudanças trazidas pelo Decreto nº 11.615/2023 os números se estabilizem em um patamar menor do que a média dos últimos 3 anos.

Assim, projetando na média dos últimos 3 anos (1.394.020 processos), uma queda de 30% (975.814 processos) haveria necessidade de **568 postos de trabalho terceirizados**:

TOTAL DE ENTRADA DE PROCESSOS PREVISTOS COM UMA QUEDA DE 30% NA MÉDIAS DOS ÚLTIMOS 3 ANOS										
UF	2021	2022	2023	MÉDIA	MÉDIA ANUAL -30%	TEMPO MÉDIO DE 1 ATENDIMENTO EM MINUTOS	MINUTOS NECESSÁRIOS ANO	MINUTOS POR DIA ÚTIL NO ANO (252 DIAS)	MINUTOS TRABALHADO POR DIA	POSTOS NECESSÁRIOS

AC	2.161	4.005	1.141	2.436	1.705	47,17	80.423	319	360	1
AL	8.744	18.650	7.077	11.490	8.043	47,17	379.399	1.506	320	5
AM	8.516	21.024	5.903	11.814	8.270	47,17	390.097	1.548	320	5
AP	1.384	3.518	797	1.900	1.330	47,17	62.725	249	320	1
BA	31.758	57.862	23.469	37.696	26.387	47,17	1.244.695	4.939	320	15
CE	21.004	33.413	12.211	22.209	15.547	47,17	733.330	2.910	320	9
DF	34.918	59.234	20.767	38.306	26.814	47,17	1.264.837	5.019	320	16
DARM	83.000	83.000	83.000	83.000	58.100	47,17	2.740.577	10.875	320	29
ES	7.704	16.932	5.179	9.938	6.957	47,17	328.154	1.302	320	4
GO	104.903	208.211	75.120	129.411	90.588	47,17	4.273.033	16.956	320	53
MA	10.226	26.459	8.616	15.100	10.570	47,17	498.598	1.979	320	6
MG	100.990	218.190	84.150	134.443	94.110	47,17	4.439.184	17.616	320	55
MS	21.090	70.840	23.830	38.587	27.011	47,17	1.274.093	5.056	320	16
MT	20.307	89.494	28.644	46.148	32.304	47,17	1.523.772	6.047	320	19
PA	16.044	43.926	12.631	24.200	16.940	47,17	799.071	3.171	320	10
PB	9.922	19.811	5.965	11.899	8.330	47,17	392.904	1.559	320	5
PE	21.005	42.791	13.647	25.814	18.070	47,17	852.363	3.382	320	11
PI	4.605	7.856	2.491	4.984	3.489	47,17	164.567	653	320	2
PR	64.965	229.025	73.125	122.372	85.660	47,17	4.040.590	16.034	320	50
DPF /FIG /PR	2.400	2.400	2.400	2.400	1.680	47,17	79.246	314	320	1
RJ	30.388	74.650	24.619	43.219	30.253	47,17	1.427.048	5.663	320	18
RN	5.959	13.493	5.351	8.268	5.787	47,17	272.990	1.083	320	3
RO	15.741	37.608	10.545	21.298	14.909	47,17	703.239	2.791	320	9

RR	1.121	2.952	1.304	1.792	1.255	47,17	59.181	235	320	1
RS	104.637	210.871	80.507	132.005	92.404	47,17	4.358.673	17.296	320	54
SC	50.199	171.013	55.590	92.267	64.587	47,17	3.046.575	12.090	320	38
SE	3.085	4.950	1.624	3.220	2.254	47,17	106.310	422	320	1
SP	239.847	496.622	183.046	306.505	214.554	47,17	10.120.489	40.161	320	126
TO	7.383	19.575	6.930	11.296	7.907	47,17	372.983	1.480	320	5
				1.394.020	975.814					568

Assim, projetamos uma baixa de processos entre 30% na média dos últimos 3 anos, com uma quantidade de postos necessários entre **568 postos**.

Entretanto, em consulta com as Superintendências Regionais de Polícia Federal, e considerando os postos terceirizados já atuando nos Setores do Sistema Nacional de Armas (SINARM/PF), o número de postos previstos pelas Unidades foram menores, **totalizando 482 postos**.

Definido a quantidade de postos para cada localidade, foi realizado o levantamento do custo do posto em cada localidade:

PREVISÃO DE CUSTO		SOLICITADO PELAS SRs			QUEDA DE 30% NA MÉDIA DOS ÚLTIMOS 3 ANOS		
UF	VALOR POSTO	QUANTIDADE	MENSAL	ANUAL	QUANTIDADE	MENSAL	ANUAL
		PREVISTA SRs			PREVISTA DILOG		
AC	6.286,76	2	R\$ 12.573,52	R\$ 150.882,24	1	R\$ 6.286,76	R\$ 75.441,12
AL	5.571,80	10	R\$ 55.718,00	R\$ 668.616,00	5	R\$ 27.859,00	R\$ 334.308,00
AM	8.916,88	6	R\$ 53.501,28	R\$ 642.015,36	5	R\$ 44.584,40	R\$ 535.012,80
AP	4.998,89	3	R\$ 14.996,67	R\$ 179.960,04	1	R\$ 4.998,89	R\$ 59.986,68
BA	5.165,18	28	R\$ 144.625,04	R\$ 1.735.500,48	15	R\$ 77.477,70	R\$ 929.732,40

CE	5.910,04	12	R\$ 70.920,48	R\$ 851.045,76	9	R\$ 53.190,36	R\$ 638.284,32
DF	4.383,41	7	R\$ 30.683,87	R\$ 368.206,44	16	R\$ 70.134,56	R\$ 841.614,72
DARM	5.404,94	29	R\$ 156.743,26	R\$ 1.880.919,12	29	R\$ 156.743,26	R\$ 1.880.919,12
ES	5.700,07	12	R\$ 68.400,84	R\$ 820.810,08	4	R\$ 22.800,28	R\$ 273.603,36
GO	5.125,90	5	R\$ 25.629,50	R\$ 307.554,00	53	R\$ 271.672,70	R\$ 3.260.072,40
MA	5.525,85	6	R\$ 33.155,10	R\$ 397.861,20	6	R\$ 33.155,10	R\$ 397.861,20
MG	4.830,05	36	R\$ 173.881,80	R\$ 2.086.581,60	55	R\$ 265.652,75	R\$ 3.187.833,00
MS	5.472,97	8	R\$ 43.783,76	R\$ 525.405,12	16	R\$ 87.567,52	R\$ 1.050.810,24
MT	3.896,80	25	R\$ 97.420,00	R\$ 1.169.040,00	19	R\$ 74.039,20	R\$ 888.470,40
PA	5.234,92	2	R\$ 10.469,84	R\$ 125.638,08	10	R\$ 52.349,20	R\$ 628.190,40
PB	3.790,16	16	R\$ 60.642,56	R\$ 727.710,72	5	R\$ 18.950,80	R\$ 227.409,60
PE	5.101,20	14	R\$ 71.416,80	R\$ 857.001,60	11	R\$ 56.113,20	R\$ 673.358,40
PI	5.524,81	3	R\$ 16.574,43	R\$ 198.893,16	2	R\$ 11.049,62	R\$ 132.595,44
PR	4.124,30	15	R\$ 61.864,50	R\$ 742.374,00	50	R\$ 206.215,00	R\$ 2.474.580,00
DPF/FIG /PR	5.072,40	1	R\$ 5.072,40	R\$ 60.868,80	1	R\$ 5.072,40	R\$ 60.868,80
RJ	5.264,21	14	R\$ 73.698,94	R\$ 884.387,28	18	R\$ 94.755,78	R\$ 1.137.069,36
RN	6.059,17	2	R\$ 12.118,34	R\$ 145.420,08	3	R\$ 18.177,51	R\$ 218.130,12
RO	5.288,17	13	R\$ 68.746,21	R\$ 824.954,52	9	R\$ 47.593,53	R\$ 571.122,36
RR	5.220,98	1	R\$ 5.220,98	R\$ 62.651,76	1	R\$ 5.220,98	R\$ 62.651,76
RS	4.096,77	24	R\$ 98.322,48	R\$ 1.179.869,76	54	R\$ 221.225,58	R\$ 2.654.706,96
SC	4.925,24	30	R\$ 147.757,20	R\$ 1.773.086,40	38	R\$ 187.159,12	R\$ 2.245.909,44
SE	5.537,56	6	R\$ 33.225,36	R\$ 398.704,32	1	R\$ 5.537,56	R\$ 66.450,72

SP	6.672,90	148	R\$ 987.589,20	R\$ 11.851.070,40	126	R\$ 840.785,40	R\$ 10.089.424,80
TO	5.477,14	4	R\$ 21.908,56	R\$ 262.902,72	5	R\$ 27.385,70	R\$ 328.628,40
		482	POSTOS	R\$ 31.879.931,04	568	POSTOS	R\$ 35.925.046,32

Assim, será registrado o máximo de 568 postos.

3. Materiais/Serviços

3.1 Materiais

Nenhum material incluído.

3.2 Serviços

Nº do item	Grupo	Descrição	Qtd	Val. unit. (R\$)	Val. total (R\$)
1	OUTROS SERVIÇOS DE SUPORTE		1,00	35.925.046,32	35.925.046,32

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ROBERTO REIS MONTEIRO NETO

Autoridade competente

EMERSON SANTOS DE LIMA

Membro da comissão de contratação

5. Acompanhamento

Nenhum acompanhamento incluído.

6. Relacionamentos

Nenhum relacionamento encontrado.